- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Quando falamos em direito, estamos falando inicialmente de um enorme conjunto de regras obrigatórias, o chamado direito positivo. Mas o vocábulo direito é usado também para os estudos, o curso de direito, a assim chamada "ciência do direito". Numa terceira acepção, a palavra designa os direitos de cada um de nós, chamados de direitos subjetivos, pois somos os sujeitos, os titulares, desses direitos.

Ninguém ignora que paira sobre nossas cabeças uma gigantesca teia de normas, que atinge praticamente todas as nossas atividades. Muitos pensadores têm destacado que o direito atual parece ter invadido tudo: há direito em toda parte, para todos, para tudo. A contrapartida é que, assim como temos de seguir as normas, os outros também têm de obedecer a elas e, desse modo, respeitar os direitos de cada um de nós, os ditos direitos subjetivos.

Vivemos num tempo em que as questões legais se tornaram corriqueiras. Apesar dessa popularização, ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito. Ao mesmo tempo, os mecanismos da justiça são cada vez mais acionados, até para resolver quem fica com o cachorro depois da separação, ou se o condomínio pode impedir seus moradores de ter animais. A sobrecarga dos tribunais, e sua lentidão, é parcialmente consequência desse excesso de litigiosidade e da incapacidade das pessoas de resolver com bom senso, compreensão e respeito as questões de convivência em sociedade.

Eduardo Muylaert. **Direito no cotidiano**: guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 11-13 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se das ideias do texto que, em princípio, não caberia ao direito legislar sobre questões relativas à convivência em sociedade.

2 Conforme o texto, os diretos subjetivos de cada pessoa de uma sociedade são respeitados quando essas mesmas pessoas observam e seguem as normas.

3 No primeiro parágrafo, as expressões "o vocábulo direito" (segundo período) e "a palavra" (terceiro período) fazem parte da mesma cadeia semântica de referência.

4 Alterando-se o segmento "Ninguém ignora" (primeiro período do segundo parágrafo) por **Não se ignora**, opera-se uma mudança na estrutura sintática do período, que não interfere, contudo, na classificação do sujeito, que é indeterminado em ambas as orações.

5 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituísse "atinge" (primeiro período do segundo parágrafo) por **atingem.**

6 No terceiro período do segundo parágrafo, o termo "a elas" poderia ser corretamente substituído por **lhes**, escrevendo-se **obedecer-lhes**.

7 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma pronominal "se" poderia ser corretamente deslocada para logo após a forma verbal "tornaram" — escrevendo-se **tornaram-se**.

8 No segundo período do terceiro parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase no trecho "ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito" é obrigatório.

9 Sem prejuízo de sua correção gramatical ou de seu sentido original, o último período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Esse excesso de litigiosidade bem como as pessoas, cuja a incapacidade em resolver questões de convivência social, com bom senso, compreensão e respeito têm sua parcela de culpa na sobrecarga dos tribunais, e em sua lentidão.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da redação oficial.

10 Devem ser evitados parágrafos de desenvolvimento no texto dos documentos oficiais que, seguindo o padrão ofício, são usados para o encaminhamento de documentos.

11 Em certas ocasiões, para se garantir a clareza do texto das comunicações oficiais, recomenda-se o uso da ordem inversa na organização dos constituintes de uma oração.

12 Nas comunicações oficiais, deve-se dispensar às autoridades estrangeiras o mais alto grau de formalidade, por isso, como fecho das comunicações a elas dirigidas, recomenda-se o emprego do termo Respeitosamente.

Com base na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, julgue os próximos itens.

13 O procurador-geral de justiça é nomeado pelo governador do estado, entre os procuradores de justiça indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

14 Os serviços auxiliares das procuradorias de justiça destinam-se a dar o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento e ao desempenho das funções dos procuradores de justiça, sendo instituídos e organizados por ato do procurador-geral de justiça.

15 Compete ao Conselho Superior do Ministério Público deliberar sobre a criação e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos vencimentos dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.

16 O procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público são membros natos do Conselho Superior do Ministério Público.

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

17 A acumulação ilegal de cargos públicos é conduta passível de demissão.

18 Denomina-se reversão a reinvestidura do servidor efetivo estável quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens do cargo ocupado.

19 O prazo para o início do exercício no cargo público é de 15 dias, contados da data da posse.

20 É considerado aprovado o servidor que obtenha, no resultado final do estágio probatório, média igual ou superior a 50% dos pontos possíveis.

No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

21 No controle judicial dos atos administrativos discricionários, é vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos ou fatos que precedem a elaboração do ato a ser julgado.

22 Suponha que a administração pública, por ato administrativo, após ter concedido licença e férias a determinado servidor, tenha verificado que ele não tinha direito à licença e, em razão disso, tenha praticado novo ato, retirando a licença e ratificando as férias. Nessa situação, considera-se que houve convalidação pela denominada conversão.

23 A decadência é um fato jurídico relacionado ao princípio da segurança jurídica.

24 As organizações sociais são constituídas obrigatoriamente como pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos, podendo atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

25 A força maior e o caso fortuito excluem a responsabilidade civil do Estado.

Ainda acerca de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

26 De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, para a celebração de convênios e contratos de repasse para a execução de obras e serviços de engenharia, o proponente deverá apresentar, entre outros documentos, o plano de sustentabilidade.

27 No caso de um agente público condenado por ato de improbidade administrativa que tenha causado dano ao erário falecer, os seus sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança, afastando-se essa responsabilidade sucessória na hipótese de alteração contratual de cisão societária.

28 O Sistema de Registro de Preço pode ser utilizado para contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços mais de um órgão ou uma entidade da administração pública.

29 Se, no âmbito da administração pública, não houver competência específica para iniciar determinado processo administrativo, ele deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

30 A modalidade de licitação denominada diálogo competitivo deve ser conduzida por comissão de contratação com três servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração, sendo vedada a contratação de profissionais para prestar assessoramento técnico à comissão.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, no que se refere às normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue os itens seguintes.

31 As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, integral e plena, mas seu alcance pode ser reduzido pelo legislador infraconstitucional.

32 Todas as normas constitucionais têm, no mínimo, um efeito negativo: a proibição de edição de leis infraconstitucionais que as contrariem.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

33 De acordo com a teoria dos limites dos limites, um direito fundamental pode ser restringido desde que preservado o seu núcleo essencial.

34 A cláusula da reserva do possível não pode ser usada pelo administrador como escusa para o descumprimento dos direitos sociais quando se trata da garantia do mínimo existencial, a exemplo da matrícula de criança em creche.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

35 Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.

36 As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.

37 É da competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Acerca do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

38 O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.

39 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.

40 Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do estado do Tocantins, julgue os itens a seguir.

41 A defensoria pública exerce um papel significativo na luta pela garantia de direitos dos povos quilombolas no estado do Tocantins, que conta com dezenas de comunidades remanescentes de quilombos.

42 O produto interno bruto (PIB) do estado do Tocantins está entre os cinco maiores do país e sua contribuição para o setor industrial equivale a cerca de dez por cento da indústria nacional.

43 Os principais segmentos industriais do estado do Tocantins são serviços industriais de utilidade pública, construção, alimentos, minerais não metálicos e derivados de petróleo e biocombustíveis.

44 Estimulada por projetos de infraestrutura como a rodovia Belém-Brasília, que facilitam a entrada de bens e serviços no território, a estrutura produtiva do Tocantins está, apesar das disparidades geoeconômicas entre os municípios, em processo de consolidação.

45 Considerada cidade polo de base econômica de desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins, a cidade de Palmas apresentou expressivo crescimento populacional nas últimas décadas.

Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

46 Composto pela bacia do rio Tocantins e pelo sistema hidrográfico do Araguaia, o estado do Tocantins está inserido em uma região semiárida e não integra a Amazônia Legal.

47 O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.

48 Antes de o norte goiano se tornar o estado do Tocantins, esta região recebeu pouca atenção do governo federal, com exceção dos planos desenvolvimentistas elaborados no regime militar.

49 O estado do Tocantins é formado pela união indissolúvel de seus municípios e tem soberania político-administrativa.

50 São símbolos do estado a bandeira, o hino, as armas e o selo estadual, podendo os municípios ter símbolos próprios.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A empresa ABC Ltda. apresentou os seguintes saldos iniciais para o mês de janeiro/202X:

- caixa: R$ 1.750;
- bancos conta/movimento: R$ 3.000;
- aplicações em caderneta de poupança: R$ 11.250.

Ao longo do mês de janeiro/202X, ocorreram os seguintes eventos na empresa ABC Ltda.:

- edifícios adquiridos no valor de R$ 250.000, com pagamento da primeira parcela em 5/2/202X;
- propriedades adquiridas para investimentos, à vista, no valor de R$ 162.500;
- despesas operacionais de janeiro/202X totalizaram R$ 3.250 e serão pagas no dia 5/2/202X;
- dividendos pagos no total de R$ 12.500,00;
- sócios integralizaram capital de R$ 75.000;
- pagamento de fornecedores no valor de R$ 7.750;
- recebimentos de clientes de R$ 22.500;
- pagamento de empréstimos bancários no valor de R$ 10.000;
- salários pagos no valor de R$ 3.000;
- terrenos vendidos, à vista, por R$ 87.500.

Com base nas informações precedentes, julgue os seguintes itens, a respeito da demonstração de fluxo de caixa da empresa ABC Ltda., em 31/1/202X.

51 O saldo final de caixa e equivalentes foi de R$ 5.250.

52 O total do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 11.750.

53 O total do fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R$ 87.500.

54 O item relativo a variação de caixa e equivalentes foi negativo em R$ 10.750.

55 O total do fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento foi de R$ 52.500.

No final do período, para garantir que todas as receitas e todas as despesas sejam registradas no momento adequado, as empresas realizam quatro tipos de ajustes em lançamentos contábeis específicos: despesas diferidas, receitas diferidas, receitas a receber e despesas a pagar.

Considerando as informações precedentes, julgue os próximos itens, referentes a transações contábeis dos ajustes ocorridos em maio/20X1 na empresa XYZ Ltda.

56 O lançamento de aluguéis antecipados, no valor de R$ 1.920, referentes a 12 meses, e contratados em 1.º/4/20X1, é mostrado corretamente a seguir.

data	conta e histórico	débito	crédito
2/5/20X1	despesa de aluguéis	1.920	
	aluguéis antecipados		1.920
	aluguel antecipado de 12 meses de uma sala comercial		

57 O lançamento de prestação de serviços recebidos antecipadamente, no valor de R$ 330, é apresentado de forma correta a seguir.

data	conta e histórico	débito	crédito
10/5/20X1	receita de serviços	330	
	receita antecipada		330
	prestação de serviços recebidos antecipadamente		

58 O lançamento de prestação de serviço a prazo, no valor de R$ 450, cujo recebimento ocorrerá em junho/20X1, é mostrado corretamente a seguir.

data	conta e histórico	débito	crédito
27/5/20X1	duplicatas a receber	450	
	receita de serviços		450
	prestação de serviços a prazo, cujo recebimento ocorrerá em junho/20X1		

59 O lançamento de provisão dos salários do mês de maio/20X1, no valor de R$ 1.500, cujo pagamento será realizado no dia 5/6/20X1, é apresentado de forma correta a seguir.

data	conta e histórico	débito	crédito
30/5/20X1	salários a pagar	1.500	
	caixa		1.500
	provisão dos salários do mês de maio/20X1		

Espaço livre

A empresa Alfa Ltda. começou suas atividades em novembro/20X3. A seguir, são apresentados o balancete de verificação antes dos ajustes do primeiro mês de funcionamento e informações adicionais da empresa.

Alfa Ltda.		
balancete de verificação		
30/novembro/20X3 (valores em R$)		
	débito	**crédito**
caixa e equivalentes	5.000	
seguros antecipados	3.600	
material de consumo	5.200	
terrenos	30.000	
edifícios	140.000	
equipamentos	33.600	
fornecedores		9.400
receita antecipada		6.600
empréstimos		72.000
capital social		120.000
receita de serviço		18.000
despesa de salários	6.000	
despesa de utilidades	1.600	
despesa de propaganda	1.000	
	226.000	**226.000**

Informações adicionais:

- valor dos seguros na conta de resultado de R$ 900 por mês;
- contagem física do material de consumo apresentou um valor de R$ 2.100;
- valor da depreciação mensal de R$ 600 para edifícios e de R$ 500 para equipamentos;
- empréstimo com taxa de juros de 1% ao mês;
- valor da receita antecipada realizada de R$ 5.000 no mês;
- valor de salários de R$ 1.800 do mês, que serão pagos no mês de dezembro/20X3.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem, a respeito das demonstrações contábeis de Alfa Ltda.

60 A seguir, é apresentado corretamente o lançamento de ajuste da conta empréstimo.

débito – despesa financeira	720	
crédito – empréstimo		720

61 O valor total do passivo é de R$ 83.920.

62 O valor total das despesas de depreciação na demonstração de resultado do exercício em 30/11/20X3 é de R$ 1.100.

63 O valor do lucro líquido do exercício é de R$ 6.780.

64 O valor do ativo total é de R$ 213.400.

65 O valor do patrimônio líquido é de R$ 126.780.

66 O valor total das despesas na demonstração de resultado do exercício em 30/11/20X3 é de R$ 15.120.

Acerca de temas de contabilidade geral, julgue os itens que se seguem.

67 Considere que uma entidade está diante de um possível ativo, resultante de eventos já ocorridos, mas cuja existência dependerá de alguns eventos futuros sobre os quais a entidade não detém controle. Nessa situação, apesar das incertezas, caso a administração da entidade considere que a entrada dos benefícios econômicos resultantes é praticamente certa, o direito de recebê-los deve ser contabilmente reconhecido.

68 Considere que, pela execução de determinado serviço a ser prestado por uma contraparte, uma entidade assumiu a obrigação de realizar um pagamento por valor certo, trinta dias após a execução do serviço. Nessas condições, havendo a execução do serviço pela contraparte e sendo o valor adequadamente mensurável, um passivo exigível deve ser reconhecido, a partir da conclusão e entrega do serviço contratado.

69 Considere que um equipamento produtivo foi adquirido, por meio de importação para o Brasil, pelo valor de US$ 70 mil (setenta mil dólares americanos); sessenta dias após o fechamento do contrato, no fechamento do exercício social, o equipamento ainda não havia chegado ao Brasil e o pagamento não havia sido realizado. Nessas condições, o valor escriturado no balanço, relativo à obrigação de pagar o fornecedor por essa transação, deve ser expresso em reais, atualizada pela variação cambial da data da assinatura do contrato de importação.

70 Considere que uma empresa contraiu uma obrigação contratual relacionada a serviços prestados, a qual exigirá um pagamento, mas a data de liquidação não está definida e o valor é incerto. Nessa situação, em função das incertezas apresentadas, a entidade deve abster-se de reconhecer contabilmente tal obrigação, visto tratar-se de um passivo contingente.

71 Os custos financeiros incidentes na captação de recursos por meio de debêntures não conversíveis devem ser reconhecidos no resultado em função da fluência do prazo, pelo método do custo amortizado, aplicando-se a taxa de juros efetivos.

Com relação ao tratamento contábil de itens do patrimônio líquido, julgue os itens subsequentes.

72 Na recompra de ações de emissão própria, os custos incorridos devem ser registrados em conta redutora do patrimônio líquido, enquanto que eventuais receitas devem ser reconhecidas no resultado do período em que a recompra ocorrer.

73 Ressalvadas quaisquer vedações legais, a conta ajustes de avaliação patrimonial pode ser utilizada para ajustar o valor de um item do ativo imobilizado que apresente capacidade de geração de retornos superiores às anteriormente estimadas.

74 Capital social é a diferença entre o total de investimentos e o total de fontes de recursos de terceiros aplicados nesses investimentos.

Julgue os próximos itens, a respeito do custo das mercadorias e dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

75 Considere que um investidor está analisando as perspectivas de retorno de duas agroindústrias, A e B, dispondo, no momento, das seguintes informações: ambas têm faturamento praticamente idênticos, de R$ 200 milhões e lucro similar, em torno de 10% do faturamento; a agroindústria A consome 30% de suas receitas com custos e despesas variáveis, enquanto a agroindústria B consome 60%; o cenário econômico mais provável é recessivo, com queda de vendas em todos os segmentos do mercado. Com base apenas nessas informações, conclui-se que, para o investidor, a empresa A oferece maior perspectiva de rentabilidade no cenário econômico previsto.

76 Considere que uma entidade utiliza a metodologia dos custeios por absorção para a mensuração do custo de sua produção: o único produto da entidade exige R$ 20 de custos variáveis por unidade produzida e a estrutura produtiva fixa custa, mensalmente, R$ 180 mil. Considere ainda que, dentro de determinado mês em que não havia estoques iniciais, foram produzidas 18 mil unidades do produto e 75% da produção foi vendida. Nessa situação, o custo do produto vendido, nesse mês, superou R$ 400.000.

77 Considere que certa indústria de brinquedos trabalha com o sistema de custo-padrão para a gestão de seus custos; o padrão de mão-de-obra da empresa é de 2,5 horas por unidade produzida a R$ 14 por hora. Considere ainda que, em dado momento, foram produzidas duas mil unidades, gerando uma variação desfavorável total de mão-de-obra de R$ 4.250 e uma variação favorável de taxa de mão-de-obra de R$ 1.350. Nessas condições, a taxa efetivamente paga para a mão de obra foi superior a R$ 13,50 por hora.

78 Considere que uma indústria utiliza a metodologia de custeio variável para fins gerenciais e fabrica um único produto, incorrendo em custos variáveis unitários de mão de obra de R$ 12 por unidade, custos variáveis de matéria-prima de R$ 8 por unidade e outros custos variáveis de produção de R$ 4 por unidade; os custos fixos de produção somam R$ 300 mil, as despesas variáveis com administração e vendas somam R$ 2 por unidade vendida e as despesas fixas são de R$ 100 mil. Nessas condições, caso a produção da empresa cresça de 10 mil para 12 mil unidades de um período para outro, o custo unitário de produção, para fins gerenciais, variará negativamente em R$ 5.

Relativamente à análise econômico-financeira de empresas, julgue os itens a seguir.

79 Uma empresa que possui liquidez geral de 1,45 tem disponibilidade de capitais próprios para aplicar no giro dos negócios.

80 Uma empresa apresentará grau de liquidez seca melhor que outra se tiver melhor ativo circulante ou menor saldo de estoque que a outra.

81 Uma empresa que possui passivo circulante de R$ 4 milhões, ativo total de R$ 10,5 milhões e indicador de composição de exigibilidade igual a 0,50 apresenta patrimônio líquido inferior a R$ 3 milhões.

82 Considere que, ante uma receita operacional líquida de R$ 40 milhões, uma empresa obtém lucro operacional líquido de 6%, e que, nesse mesmo momento, seu retorno sobre investimentos é de 20%. Nesse caso, o ativo operacional médio da empresa supera R$ 15 milhões.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do sistema de contabilidade federal e do campo de aplicação, patrimônio e variações patrimoniais da contabilidade pública.

83 O recebimento efetivo de doações e subvenções implica o registro de uma variação patrimonial aumentativa, que altera o patrimônio líquido do órgão público.

84 Além de ser reconhecida como um ativo, uma doação recebida em dinheiro deve ser mensurada de acordo com a variação patrimonial aumentativa, atendidos os critérios de cálculos para a definição do seu valor presente líquido na data do recebimento e reconhecimento.

85 O sistema de contabilidade federal busca a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, independentemente dos aspectos formais estabelecidos nas normas que regiam a contabilidade pública antes das tratativas para a padronização da contabilidade nacional segundo os critérios internacionais.

86 Conforme dispõe a Lei n.º 4.320/1964, as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal regulam, também, os orçamentos e balanços das autarquias e das fundações públicas, entidades incluídas no campo de aplicação da contabilidade pública.

87 Os débitos de tesouraria são espécies de antecipações de receita orçamentária, representando saldos devedores que são ativos no patrimônio do órgão público.

Considerando aspectos relativos a mensuração de ativos, redução a valor recuperável, provisões e tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições, julgue os seguintes itens.

88 Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, sendo representados por contas de controle que não aparecem no balanço patrimonial, enquanto as provisões são reconhecidas pela contabilidade pública.

89 Mensuração é o processo que consiste em determinar os critérios de reconhecimento de um ativo, quando for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados fluam em favor da entidade e o custo do ativo possa ser avaliado com segurança.

90 O registro contábil de tributos a receber equivale a um aumento do patrimônio do órgão público, em face da contrapartida de um lançamento a crédito em conta de variação patrimonial aumentativa.

91 O valor recuperável de um ativo não gerador de caixa é o menor entre o valor contábil e o seu valor em uso.

92 Um passivo de prazo ou valor incerto é uma provisão, entretanto, se uma obrigação presente não puder ser reconhecida por ser improvável a saída de recursos da entidade para o seu pagamento ou se não for possível estimar com confiabilidade o seu valor, tal obrigação será considerada um passivo contingente.

Julgue os itens a seguir, relativos ao sistema e informações de custos, conta única, plano de contas e transações no setor público.

93 No caso de recebimento antecipado de tributos, o órgão público que registra a receita contabiliza uma variação patrimonial aumentativa relativamente à entrada do numerário no caixa, mas não pode considerar a receita realizada, por se tratar de recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador.

94 A geração de informações de custos e o sistema de administração financeira são instrumentos de gerenciamento do sistema de informação de custos.

95 O custo fixo é mantido constante no intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade, pois não deve variar conforme o volume das atividades desenvolvidas.

96 A informação patrimonial, no tribunal de justiça, da conta única do tesouro referente ao recebimento de recurso de precatórios de um órgão devedor por decisão judicial evidenciará um ativo (D – caixa e equivalente de caixa) em contrapartida a uma receita orçamentária (C – variação patrimonial aumentativa).

97 O plano de contas aplicado ao setor público visa permitir a adequada prestação de contas, a elaboração de relatórios contábeis e o levantamento de estatísticas relativas às finanças públicas.

Relativamente à receita e à despesa pública, à execução orçamentária, ao regime contábil e às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os seguintes itens.

98 O recebimento de bens para a quitação de dívida ativa inscrita em nome do devedor sujeito passivo implica o registro de uma receita pública no momento do recebimento do bem pelo órgão público.

99 A descentralização de créditos orçamentários que envolve unidades gestoras de um mesmo órgão caracteriza a descentralização interna, também chamada transposição intraorçamentária.

100 A representação fidedigna na informação contábil é alcançada quando esta é completa, neutra e livre de erro material, retratando a substância da transação, que pode divergir da mera conformidade com as regras legais.

101 O fato de o órgão público resolver pela mudança de regime contábil de competência não pode ser considerado como mudança de política contábil.

102 É inadequado considerar a licitação uma etapa do planejamento da despesa pública, porque a legislação específica e os princípios próprios desse instituto reservam a ela uma autonomia que a distingue das etapas da despesa orçamentária.

A respeito da evolução do orçamento público e dos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

103 Decorre do princípio da especificação a obrigatoriedade de a lei orçamentária anual (LOA) discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, os quais são o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços e obras, por exemplo.

104 O plano plurianual (PPA) tem vigência de 4 anos e constitui uma das exceções ao princípio orçamentário da anualidade.

105 A principal função do orçamento tradicional é o controle político, enquanto a do orçamento moderno é servir como instrumento de administração pública.

Com relação às leis orçamentárias e ao ciclo e ao processo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

106 Caso o Ministério Público queira construir uma nova sede, a dotação orçamentária dessa despesa deverá ser especificada no orçamento de investimento da LOA.

107 Para capitalizar determinado fundo do Ministério Público, é possível a utilização do excesso de recursos do duodécimo do órgão.

108 O Ministério Público possui autonomia para elaborar a sua proposta orçamentária, mas, se não a fizer dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Poder Executivo poderá ajustá-la.

109 A falta de aprovação do PPA pelo Poder Legislativo não impede a interrupção da sessão legislativa.

No tocante à classificação da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

110 O pagamento de restos a pagar e o resgate de operação de crédito por antecipação de receita são exemplos de despesas extraorçamentárias expressamente previstas na LOA.

111 Na classificação programática, a ação é a operação que resulta em um produto que contribua para atender ao objetivo de um programa.

Julgue os próximos itens, a respeito de programação e execução orçamentária e financeira.

112 Para movimentar seu crédito orçamentário internamente entre programas de trabalho diferentes, o Ministério Público deverá se valer da transposição e, para isso, não necessitará de autorização do Poder Legislativo, por se tratar de operação interna do órgão.

113 Diferentemente da transferência e da transposição, a descentralização do crédito orçamentário não altera o programa nem a unidade orçamentária.

114 A descentralização interna de crédito orçamentário envolve unidades gestoras do mesmo órgão e é denominada destaque, enquanto a descentralização externa ocorre entre unidades gestoras de órgãos ou entidades diversos e é denominada provisão.

115 O remanejamento, a transposição e a transferência orçamentária são implementados por meio dos créditos adicionais.

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os itens seguintes.

116 O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Ministério Público deverá ser assinado pelo chefe do Ministério Público, bem como pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno do órgão.

117 Não é necessário que os efeitos financeiros decorrentes da criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa sejam compensados pelo aumento de receita ou pela redução de despesa.

118 O Ministério Público deverá publicar bimestralmente o seu Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

119 A declaração do ordenador da despesa de que o aumento de gasto tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO é condição prévia para a realização da licitação, mas não para a efetivação do empenho.

120 No cálculo da despesa com pessoal são computados os gastos com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.